A INTERSECÇÃO ENTRE A LIBRAS E A LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DO SUJEITO SURDO

SIMONE OLIVEIRA MARQUES

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a Língua Portuguesa no contexto da educação bilíngue para surdos, destacando os desafios que permeiam o processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos. A investigação adota uma abordagem na revisão bibliográfica de autores que discutem a educação inclusiva, os direitos linguísticos da pessoa surda e os fundamentos da pedagogia bilíngue que articula a Libras como primeira língua e o Português como segunda. Além da literatura especializada, são considerados documentos legais e diretrizes educacionais que sustentam a proposta de educação bilíngue no Brasil, como o Decreto nº 5.626/2005 e a Política Nacional de Educação Especial. Parte-se do entendimento de que o reconhecimento da Libras como primeira língua da pessoa surda é essencial para sua plena inclusão social e educacional, e que o domínio da Língua Portuguesa escrita constitui um instrumento indispensável para o acesso ao conhecimento e à cidadania. Analisa-se, nesse sentido, o papel do professor de Letras com habilitação em Português e Libras, com foco em sua atuação como instrutor linguístico e pedagógico no contexto escolar. Evidencia-se a necessidade de práticas educativas que respeitem as limitações linguísticas e culturais dos estudantes surdos e que promovam o acesso à educação como qualquer outro estudante. Os resultados apontam que, embora haja um avanço na valorização da Libras e na consolidação de políticas públicas voltadas à inclusão, persistem lacunas significativas na formação inicial e continuada dos professores, bem como na efetivação de propostas bilíngues no cotidiano escolar. Conclui-se que o fortalecimento da educação bilíngue para surdos depende do comprometimento tanto da instituição quando do profissional formador, do reconhecimento da necessidade do aluno surdo e da construção de ambientes educacionais inclusivos que respeitem e promovam o direito à diferença.

PALAVRAS-CHAVE: Educação bilíngue. Surdez. Libras. Língua Portuguesa. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A partir da aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu formalmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, o sistema educacional brasileiro passou a ser desafiado a repensar suas práticas de ensino para atender de forma plena os alunos surdos (BRASIL, 2002). Esse marco legal ganhou concretude com o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a aplicação da Libras nos ambientes escolares, estabelecendo a necessidade de formação de professores bilíngues e a oferta de turmas de educação bilíngue para surdos e ouvintes (BRASIL, 2005). Entretanto, a simples existência dessas normas não garante, por si só, a efetividade da inclusão, considerando-se a persistente lacuna na preparação docente e a escassez de materiais e métodos adequados ao contexto bilíngue.

Reconhecer a Libras como primeira língua do surdo e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua pressupõe transformar a sala de aula em um espaço que valorize as individualidades linguísticas e culturais desses alunos. Nesse cenário, o professor de Língua Portuguesa e Libras assume o papel de orientador, responsável por articular conhecimentos e recursos que promovam a aprendizagem significativa de todos os estudantes. A Política Nacional de Educação Especial, estabelecida pelo Decreto nº 10.502/2020, reforça a urgência de ofertar ensino de qualidade, equitativo e inclusivo, mas sinaliza que ainda há desafios quanto à formação inicial e continuada de professores e à infraestrutura escolar (BRASIL, 2020). Diante desse quadro, torna-se fundamental investigar como as práticas pedagógicas bilíngues vêm sendo implementadas na Educação Infantil — etapa de aprendizado em que se consolida a identidade linguística e social dos alunos. Questões centrais norteiam esta pesquisa: Quais estratégias são adotadas para respeitar a diversidade

linguística e cultural dos surdos? E como superar as barreiras do preconceito, falta de recursos e preparo dos profissionais que ainda comprometem a inclusão plena?
Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do professor de Português e Libras na Educação Infantil, identificando os desafios enfrentados e como podem melhorar suas práticas. Ao compreender a escola como agente formador de indivíduos críticos e participativos para a sociedade, busca–se oferecer subsídios para o fortalecimento de ambientes bilíngues capazes de assegurar o direito à diferença e o acesso equitativo ao conhecimento.

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO BRASIL: FUNDAMENTOS E LEGISLAÇÃO

A educação bilíngue para surdos no Brasil tem suas raízes em um longo percurso de disputas pela inclusão, que começou com o modelo oralista — voltado à imposição da fala e leitura labial — e só mudou de rumo com a emergência de propostas que reconhecem a Libras como primeira língua dos surdos. O oralismo, que prevaleceu até meados do século XX, ignorava a natureza visual espacial da experiência surda e gerou altas taxas de fracasso escolar e exclusão social (Silva, 2018).

DO ORALISMO AO RECONHECIMENTO DA LIBRAS

Até a década de 1990, predominava a tese de que a surdez deveria ser "superada" pela oralização, reflexo de práticas consolidadas desde a Conferência de Milão (1880). Pesquisadores e ativistas surdos passaram a questionar esse modelo, reivindicando o direito a uma educação centrada na Libras.
Como observa Skliar (1999, p. 42), "o bilinguismo surdo não é apenas inclusão, mas o reconhecimento de uma experiência cultural e linguística autônoma".

MARCOS LEGISLATIVOS E NORMATIVOS

O reconhecimento formal da Libras deu se com a Lei nº 10.436/2002, que a instituiu como meio legal de comunicação e expressão. Em seguida, o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou sua aplicação no sistema educacional, exigindo a formação de professores bilíngues e a organização de turmas bilíngues na educação infantil e nos anos iniciais do fundamental. Mais recentemente, o Decreto nº 10.502/2020 instituiu a Política Nacional de Educação Especial, reforçando a oferta de ensino inclusivo e bilíngue para surdos em todo o país (Brasil, 2002; 2005; 2020).

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PEDAGOGIA BILÍNGUE

A pedagogia bilíngue para surdos assenta se em três pilares:
Libras como L1 (primeira língua),
Português escrito como L2 (segunda língua),
Valorização da cultura surda como elemento identitário.
Quadros e Schmiedt (2006, p. 88) afirmam que "a simples tradução de materiais não basta; é preciso criar recursos nativos em Libras, integrados pedagogicamente desde a concepção".
Strobel e Fernandes (2006, p. 15) reforçam que "a efetividade do bilinguismo requer ruptura com práticas monolíngues e a construção de um projeto pedagógico intercultural".

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DILEMAS E LACUNAS

Embora a Lei nº 10.436/2002 determine a oferta de disciplina de Libras em cursos de licenciatura, grande parte dos programas de pedagogia e letras não contempla aprofundamento em cultura surda nem em metodologias bilíngues. Giroto, Martins e Lima (2018, p. 800) identificaram que "as propostas de formação docente ainda carecem de critérios claros para garantir proficiência em Libras e domínio de metodologias bilíngues". Além disso, as iniciativas de formação continuada revelam se rígidas e mecânicas, limitando se ao conteúdo básico e pouco articuladas às necessidades reais do conteúdo bilíngue necessário na educação.

DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar dos avanços normativos e das bases teóricas consolidadas, a efetivação da educação bilíngue na infantil enfrenta obstáculos práticos:
Falta de materiais didáticos nativos em Libras,

Escassez de intérpretes educacionais qualificados,
Baixa presença de professores surdos na formação docente.
Superar essas barreiras demanda investimento em produção de recursos pedagógicos bilíngues, fortalecimento dos cursos formadores com ênfase em Libras e programas de formação que articulem teoria e prática em contexto escolar real (Silva & Pereira, 2021). Redes de pesquisa em universidades como USP e PUCRS têm se mostrado promissoras ao integrar Libras e Português escrito em currículos verdadeiramente bilíngues.
Em síntese, a constituição legal brasileira vem estabelecendo bases sólidas para a educação bilíngue de surdos, mas sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à produção de materiais e à mudança cultural nas escolas. Superá-los requer transformações intrínsecas nos fundamentos pedagógicos, que valorizem a singularidade linguística dos alunos surdos e promovam práticas verdadeiramente inclusivas, engajamento da comunidade surda e continuidade das pesquisas que dialoguem diretamente com as práticas de sala de aula.

O PAPEL DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS E LIBRAS NA INCLUSÃO

A atuação do professor de Português e Libras na educação bilíngue de surdos requer, antes de tudo, habilidades linguísticas robustas em ambas as línguas e sensibilidade cultural para mediar as interações em sala de aula (Silva; Pereira, 2003). Além da proficiência técnica em Libras, é fundamental que o docente reconheça as variações regionais e as normas gramaticais próprias da língua visual-espacial, validando a identidade surda de seus alunos. Simultaneamente, deve desenvolver estratégias para tornar o Português escrito acessível, compreendendo os processos cognitivos específicos da criança surda na aprendizagem da leitura e da escrita (Strobel, 2009).
Além disso, o professor de Português e Libras deve atuar como pesquisador-praticante e mediador entre os alunos surdos e ouvintes, avaliando continuamente seus métodos por meio de reflexões baseados no registro de observações em sala de aula e, ao mesmo tempo, promovendo o aprendizado de Libras entre os alunos ouvintes para que todos interajam de forma efetiva. Isso implica elaborar indicadores de sucesso específicos para alunos surdos — como fluência gestual em Libras, progressão na compreensão de textos bilíngues e engajamento em atividades colaborativas — e, paralelamente, planejar atividades em duplas ou grupos mistos nas quais os alunos ouvintes aprendam sinais básicos e ajudem a reforçar o repertório gestual dos colegas surdos. Ao documentar as práticas que obtiveram sucesso, compartilhar resultados em comunidades de prática e ajustar seus planos de aula com base em dados concretos, o docente não só fortalece sua própria atuação no ambiente escolar como também cultiva uma cultura escolar de inovação, empatia e melhoria contínua, em que surdos e ouvintes constroem conhecimento juntos e validam mutuamente suas identidades culturais.

LINGUÍSTICAS E CULTURAIS

O professor bilíngue atua como mediador cultural, construindo pontes entre dois universos comunicativos. Para tanto, precisa não apenas traduzir conteúdos, mas adaptar conceitos e práticas pedagógicas à lógica da Libras, articulando sinais com contextos e significados culturais (Quadros; Schmiedt, 2006). O domínio dessas competências possibilita ao docente criar um ambiente de sala de aula onde a diferença linguística é valorizada como fator de enriquecimento cultural e social coletivo.
Além disso, é essencial que o professor incentive o contato e a familiaridade dos alunos ouvintes com a Libras, promovendo atividades colaborativas e práticas interativas que favoreçam a comunicação entre todos os estudantes. Ao integrar a Libras no cotidiano escolar como uma língua de convivência e não apenas de tradução, o docente contribui para a formação de uma cultura inclusiva, em que a identidade surda é respeitada e os vínculos sociais são fortalecidos por meio da linguagem compartilhada.

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E RECURSOS DIDÁTICOS

A mediação pedagógica exige a seleção e o design de materiais bilíngues que respeitem a estrutura visual-espacial da Libras e

a linearidade do Português escrito (Giroto; Martins; Lima, 2018). Vídeos em Libras com legendas em Português, glossários visuais e textos bilíngues são recursos essenciais para evitar traduções literais que distorçam o sentido. Professores inovadores muitas vezes produzem seus próprios materiais – esquemas gestuais, ilustrações e sinais específicos para conteúdos curriculares – fortalecendo a autonomia do aluno surdo no processo de aprendizagem (Vieira, 2017).

PRÁTICAS COLABORATIVAS E AVALIAÇÃO

A promoção de atividades colaborativas, em que alunos surdos e ouvintes trabalham juntos em projetos e tarefas, estimula o respeito mútuo e a troca de saberes (Prado; Silva, 2021). Nessas dinâmicas, o professor bilíngue assume o papel de facilitador, orientando a comunicação e assegurando que todos se expressem tanto em Libras quanto em Português escrito. A avaliação também deve ser diversificada, contemplando produções em Libras, portfólios visuais e textos escritos, de modo a refletir as múltiplas formas de expressão dos alunos (Silva, 2018).

FORMAÇÃO CONTINUADA E APOIO INSTITUCIONAL

Embora a legislação preveja formação em Libras para os docentes, muitos programas de curso limitam-se ao básico, sem aprofundar metodologias bilíngues ou estudos de cultura surda (Soares, 2013). A formação continuada, quando oferecida, costuma ser pontual e desconexa da realidade escolar, deixando o professor sem o suporte necessário para lidar com desafios concretos (Giroto; Martins; Lima, 2018). Iniciativas de sucesso, como oficinas práticas em universidades e mentorias entre professores surdos e ouvintes, demonstram que o fortalecimento de redes de apoio acadêmico e a junção da teoria e prática são caminhos promissores para consolidar competências e incentivar a inovação pedagógica (Strobel; Fernandes, 2006).

Além disso, a ausência de políticas institucionais efetivas voltadas para a formação continua contribui para a sensação de desolamento do professor frente às demandas da educação inclusiva. Muitas escolas carecem de espaços de escuta, de diálogo e de acompanhamento técnico especializado que permita aos docentes refletirem sobre suas práticas, aperfeiçoarem suas estratégias e desenvolverem metodologias alinhadas aos princípios da educação bilíngue e necessidades dos alunos. Nesse contexto, a atuação de intérpretes de Libras, assessorias pedagógicas especializadas e o incentivo à participação dos docentes em comunidades de prática se revelam fundamentais para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A efetivação do modelo bilíngue na Educação Infantil exige mais do que a presença pontual da Libras em algumas atividades isoladas; ela demanda uma reformulação das práticas pedagógicas, de recursos didáticos, de formação de pessoal e da própria concepção de infância surda (Quadros; Schmiedt, 2006). Para que esse modelo se concretize, é fundamental que a Libras seja reconhecida não apenas como uma ferramenta de apoio, mas como a língua de instrução e interação cotidiana no ambiente escolar. Isso implica que todas as atividades — sejam elas lúdicas, pedagógicas ou de cuidado — estejam mediadas pela Libras, proporcionando às crianças surdas acesso pleno ao conhecimento, à cultura e às experiências significativas desde os primeiros anos.

Além disso, a construção de um ambiente visualmente acessível é indispensável, o que exige adaptações nos materiais, nos espaços e nas estratégias comunicativas. A ausência de profissionais qualificados, tanto em Libras quanto nas práticas bilíngues, ainda constitui um obstáculo significativo. Por outro lado, experiências que integram propostas visuais, narrativas em Libras e interações que valorizam a cultura surda têm demonstrado resultados positivos no desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças. Essas iniciativas evidenciam que, quando há compromisso institucional aliado a práticas pedagógicas sensíveis às especificidades da infância surda, é possível construir caminhos mais inclusivos, potentes e transformadores

ESCASSEZ DE MATERIAIS NATIVOS EM LIBRAS

A maior parte dos materiais didáticos destinados à Educação Infantil surge original-

mente em Português escrito, sendo posteriormente traduzida de forma improvisada para Libras. Essa prática desconsidera a estrutura visual espacial da língua de sinais, resultando em conteúdos truncados e pouco significativos para as crianças surdas (Quadros; Schmiedt, 2006).

Sem recursos produzidos "de dentro" da Libras — como livros infantis em vídeo, glossários gestuais e narrativas visuais —, o surdo fica submetido a uma cadeia de mediações pouco autênticas, que fragilizam o processo de construção de conhecimento e de identidade linguística (Silva, 2018).

A ausência de materiais nativos em Libras restringe não apenas o acesso das crianças surdas ao conhecimento, mas também limita o potencial inclusivo da sala de aula como um todo. Recursos pedagógicos desenvolvidos originalmente em Libras — como histórias infantis sinalizadas, jogos visuais interativos e animações com dublagem em Libras e legendas — favorecem o engajamento de todos os alunos, promovendo uma aprendizagem mais visual, acessível e multimodal. Ao incluir a Libras como linguagem presente e viva nos materiais didáticos, cria-se um ambiente escolar onde a diferença linguística é compreendida como uma riqueza cultural compartilhada, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar mais empática, cooperativa e equitativa.

FALTA DE INTÉRPRETES EDUCACIONAIS QUALIFICADOS

Na Educação Infantil, o intérprete educacional deve ir além da simples tradução palavra a palavra, participando ativamente da mediação de significados e do desenvolvimento comunicativo da criança (Silva, 2018). Todavia, muitos profissionais carecem de formação específica em métodos lúdicos e infantis, o que leva a interações rígidas e pouco adaptadas às necessidades de um aluno em fase de consolidação da linguagem (Silva; Pereira, 2003).

Além disso, a consolidação de práticas interdisciplinares, que integrem intérpretes educacionais em projetos feito em planejamento e parceira com professores de sala, tem se mostrado muito eficiente para aprimorar a qualidade da mediação do aluno e professor através do interprete. Esses que participam de reuniões pedagógicas, ajudam a adaptar metodologias de avaliação e colaboram na elaboração de roteiros de aula em Libras, o que estreita o diálogo entre os saberes linguísticos e os objetivos curriculares. Ao atuar junto à equipe escolar, o intérprete educacional deixa de ser um apenas um transmissor de mensagens e passa a ser um agente ativo na construção de ambientes inclusivos e educação do aluno surdo, contribuindo para a formação de turmas mais coesas e estimulando a participação plena das crianças surdas no processo de aprendizagem.

CARÊNCIA DE MODELOS LINGUÍSTICOS SURDOS

A presença de professores surdos ou tutores linguísticos que utilizem Libras de forma natural é fundamental para que a criança surda tenha acesso a modelos autênticos de aquisição da língua (Strobel; Fernandes, 2006). A ausência desses modelos retarda o desenvolvimento espontâneo da Libras e dificulta a construção de uma comunidade de fala visual gestual desde a primeira infância. É crucial reconhecer que a convivência regular com modelos linguísticos surdos — sejam professores surdos, tutores ou colegas fluentes em Libras — potencializa a naturalização da língua de sinais. Quando a criança surda observa e interage com usuários nativos da Libras em situações cotidianas, ela assimila gramática visual espacial de forma intuitiva, desenvolvendo maior fluência e segurança comunicativa. Em contrapartida, a escassez desses modelos resulta em práticas de ensino que dependem excessivamente de traduções orais ou manuais improvisados e pouco precisos, fragilizando o processo de aquisição e limitando a identificação do aluno surdo com sua comunidade linguística.

FORMAÇÃO DOCENTE E CAPACITAÇÃO CONTINUADA

Embora a legislação determine o ensino da Libras nos cursos de licenciatura, a maioria das grades curriculares oferece apenas o básico de vocabulário e estrutura gramatical, sem abordar metodologias bilíngues ou práticas pedagógicas inclusivas (Giroto; Martins; Lima, 2018). A falta de programas de formação continuada — articulados com a realida-

de das salas bilíngues — deixa o professor sem as estratégias necessárias para inovar e produzir seus próprios materiais.

BOAS PRÁTICAS E PERSPECTIVAS

Em algumas escolas bilíngues pioneiras, laboratórios de Libras têm possibilitado a produção colaborativa de vídeos, jogos gestuais e animações que respeitam a estrutura visual-espacial da língua de sinais, promovendo maior engajamento e compreensão por parte das crianças surdas (Prado; Silva, 2021). Tais práticas não beneficiam apenas os estudantes surdos, mas também ampliam o repertório comunicativo dos alunos ouvintes, que passam a interagir em uma linguagem visual e corporal, desenvolvendo empatia, criatividade e habilidades expressivas. A inclusão de atividades artísticas, musicais e dramáticas em Libras reforça essa interação mútua, favorecendo um ambiente escolar mais colaborativo, acessível e sensível à diversidade linguística.

ARTICULAÇÃO MULTISSETORIAL E O PAPEL DO INES

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) tem se destacado pela oferta de cursos de Libras para familiares e educadores, pela produção de materiais bilíngues e por pesquisas aplicadas à Educação Infantil (INES, 2021). A parceria entre secretarias de educação, universidades e centros de referência em surdez é essencial para expandir a distribuição desses recursos e para a capacitação em larga escala de profissionais, fortalecendo a rede de apoio ao ensino bilíngue.

Em síntese, a consolidação da Educação Infantil bilíngue para surdos requer investimentos coordenados em materiais nativos, formação de intérpretes e de professores, bem como a promoção de ambientes de referência surda. Somente assim será possível superar a histórica exclusão e construir práticas pedagógicas que legitimem a Libras como direito primordial e caminho para o desenvolvimento pleno das crianças surdas.

CONCLUSÃO

A construção de uma educação bilíngue para surdos no Brasil avança sobre bases legais, todavia enfrenta desafios práticos que comprometem sua efetividade. A simples existência desses marcos não garante o acesso pleno à educação de qualidade; é preciso que as normas se traduzam em práticas pedagógicas, materiais e formações que reflitam a natureza visual espacial da Libras e valorizem a cultura surda.

Fica claro que o papel do professor de Português e Libras é central nesse processo. Para atuar como mediador linguístico e cultural, ele deve reunir competências em Libras e no Português escrito, sensibilidade ao desenvolvimento cognitivo da criança surda e domínio de métodos bilingues. Sua função vai além de apenas transmitir o conteúdo: é um agente de inclusão que articula saberes, reconhece a diferença como direito e constrói pontes entre dois universos comunicativos.

Ainda assim, este trabalho evidenciou que a formação inicial e continuada dos docentes não está no nível necessário. Muitos cursos oferecem apenas um contato superficial com a Libras, sem aprofundar práticas pedagógicas bilíngues ou abrir espaço para o aprofundamento do assunto. A escassez de pesquisas que articulem teoria e prática, especialmente na Educação Infantil, reforça a urgência de currículos de licenciatura e de programas de extensão voltados à realidade das salas bilíngues.

Além disso, foram apontados três que exigem ação imediata:

Materiais nativos em Libras: a maioria dos recursos é traduzida improvisadamente, dificultando a educação da criança surda

Intérpretes educacionais qualificados: sua formação ainda não contempla métodos lúdico infantis, resultando em mediações pouco precisas.

Modelos linguísticos surdos: a falta de professores surdos ou tutores nativos priva o aluno de referências no seu desenvolvimento natural da Libras

Em contrapartida, experiências bem sucedidas — laboratórios de Libras em escolas bilíngues, produção colaborativa de vídeos infantis em Libras e comunidades de prática apoiadas pelo INES — mostram que é possível avançar no ambiente real. Essas iniciativas reforçam a importância de articular instituições de ensino, secretarias, universidades e famílias na criação de redes de apoio e compartilhamento de recursos.

Para além da sistematização dos desafios, é fundamental apontar caminhos de superação:

Financiamento público e parcerias para produção de materiais nativos (livros em Libras, glossários visuais, animações).

Políticas de formação docente que integrem estágios em salas bilíngues, mentorias cruzadas e certificações de proficiência em Libras.

Incentivo à pesquisa aplicada em escolas, envolvendo professores surdos em projetos de extensão universitária.

Formação de comunidades de prática e portais colaborativos, onde docentes compartilhem planos de aula, vídeos e avaliações bilíngues.

Assim, afirmar que a educação bilíngue para surdos é um direito não basta: é preciso traduzi la em ação concreta. Reafirma se que escolas bilíngues infantis, políticas públicas articuladas e uma comunidade educacional capacitada têm o potencial de construir, desde os primeiros anos, ambientes onde a diferença linguística e cultural seja celebrada e não tolerada. O desafio, portanto, é permanente: caminhar para uma educação que reconheça a Libras como primeira língua e o Português escrito como segunda, garantindo a cada aluno surdo não apenas acesso, mas pertencimento e protagonismo em seu processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2002.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436/2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098/2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2005.

BRASIL. Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 2020.

GARBE, Douglas de Souza. Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque. Revista Unifebe, Balneário Camboriú, v. 10, p. 95–104, jan./jun. 2012.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LIMA, Jéssica Mariane Rodrigues de. Formação de professores para a educação bilíngue de surdos na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 22, n. 2, supl., p. 794–809, 2018.

PRADO, Deyvson M.; SILVA, Ana C. Práticas pedagógicas inclusivas: um estudo de caso no Instituto Federal de Brasília. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. 1, p. 45–60, 2021.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Maria Teresa Eglér. A educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, Aline B. P.; PEREIRA, Mônica C. C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 19, n. 2, p. 173–176, 2003.

SILVA, Deyvson Gomes da; PEREIRA, Mônica Cristina. Professores surdos na educação infantil: possibilidades para a construção da identidade surda. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 27, p. 599–616, 2021.

SILVA, Simone Rocha da. A atuação do intérprete educacional na educação infantil: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 24, n. 4, p. 505–520, 2018.

SOARES, Rúbem da Silva. Educação bilíngue de surdos: desafios para a formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

STROBEL, Karin. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Mediação, 2009.

STROBEL, Karin; FERNANDES, Eloir. Identidade surda e educação bilíngue: o espaço da diferença. Porto Alegre: Mediação, 2006.

SKLIAR, Carlos (org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: diferentes pers-

pectivas em debate. Porto Alegre: Mediação, 1999.
VIEIRA, Claudia Regina. Educação bilíngue para surdos: reflexões a partir de uma experiência pedagógica. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
VIEIRA, Maria Fernanda. Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil: o ensino de Libras como primeira língua. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos.